

1.5. Anexos às Demonstrações Financeiras

1.5.1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

IDENTIFICAÇÃO				
Designação	MUNICÍPIO DE POMBAL			
NIPC	506334562			
Natureza	Autarquia Local			
Endereço postal	Largo do Cardal, 3100-440 Pombal			
Telefone / Fax	236210500			
Endereço de correio eletrónico	geral@cm-pombal.pt			
Sítio na internet	www.cm-pombal.pt			
LEGISLAÇÃO				
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro			
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro			
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES				
Prestação de serviços públicos, no âmbito das atribuições municipais operacionalizadas por via das competências dos órgãos representativos e dos serviços respetivos.				
COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO				
IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Cargo/Órgão	Nome	Inicio	Fim	Morada
Presidente da Câmara	Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão Santos	01/01/2024	31/12/2024	Rua do Pinhal Lote 28 3ª-A, 3100-558 Pombal
Vereadora em reg. de tempo inteiro	Isabel Maria Rodrigues Marto	01/01/2024	31/12/2024	Travessa da Alegria N.º 10, Mancos, 3100-352 Pombal
Vereadora em reg. de tempo inteiro	Gina Maria Estrela Domingues	01/01/2024	31/12/2024	Urb. Primavera Lote 8 R/C Esq, Flandes, 3100-339 Pombal
Vereador em reg. de tempo inteiro	Pedro Navega Ferreira	01/01/2024	31/12/2024	Rua Dr Bernardino Machado, Lt 15 - 2º Esq, Urb. Jardim das Oliveiras, 3100-573 Pombal
Vereadora em reg. de tempo inteiro	Catarina Pascoal Silva	01/01/2024	31/12/2024	Rua Santo Antonio, N.º 83. Cavadas, 3105-160 Lourçal
Vereadora	Odete Marise dos Santos Alves	01/01/2024	31/12/2024	Mouriscas, n.º 35 - 3100-353 Pombal
Vereador	Luis Miguel das Neves Simões	01/01/2024	31/12/2024	Rua Jose Santos Alves, Nº 16, 2º Dto, 3100-480 Pombal

1.5.1.1. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras**A_Referencial contabilístico**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

O balanço e a demonstração de resultados de 2024, e a informação relativa ao ano anterior, foram preparadas de acordo com o SNC-AP.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

B_Comparabilidade

Em 2024, o Município aplica o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico ocorreu em 01/01/2020.

C_Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os saldos consignados em dezembro de 2024 correspondem a 3.203.023,07 EUR e são relativos a receita recebida do Programa comunitário FEDER, no montante de 2.716.129,96EUR e do Programa comunitário FUNDO DE COESÃO no montante de 486.893,11EUR, destinados exclusivamente para financiar projetos, cujas candidaturas foram aprovadas pelo Quadro Comunitário.

1.5.1.2. Valores de caixa e depósitos bancários

Detalhamos abaixo o saldo de caixa e depósitos para o exercício de 2024 e de 2023.

Tabela 170. Saldo de caixa e depósitos, 2023-2024

Conta	Euros	
	Ano 2024	Ano 2023
Caixa	2.177,65	2.391,07
Depósitos à ordem	7.722.053,05	7.722.053,05
Depósitos no Tesouro		
Depósitos bancários	5.051.091,07	7.722.053,05
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	3.203.023,07	3.635.799,67
Depósitos de garantias e cauções	2.557.847,21	2.512.232,25
Total de caixa e depósitos	10.814.139,00	13.872.476,04

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Tabela 171. Execução orçamental e operações de tesouraria

Designação	31 de dezembro de 2024
- Execução Orçamental	8.150.341,68
- Operações de Tesouraria	2.663.797,32
Saldo de gerência	10.814.139,00

1.5.2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

1.5.2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovadas pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública (NCP).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional de apresentação

As principais políticas contabilísticas descritas encontram-se descritas abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As propriedades de investimento do Município são inicialmente mensuradas pelo modelo do custo, e subsequentemente mensuradas pelo justo valor menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POCAL, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Pombal seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que o quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Pombal, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

Transferências e subsídios

As transferências de capital do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de

que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas, no reconhecimento inicial pelo seu custo.

A participação financeira nas PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, ENM e Pombal Prof – Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda na qual o município detém 100% e 25% do capital, receptivamente, encontra-se mensurada pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato.

A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

1.5.3. Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes.

As vidas uteis, por cada classe, dos ativos intangíveis, é a que se resume no quadro seguinte:

Tabela 172. Método de amortização para ativos intangíveis

Rubrica	Anos de Vida Útil
Goodwill	10
Projetos de Desenvolvimento	3
Programas de computador e sistemas de informação	3 a 4
Propriedade industrial e intelectual	1 a 5
Outros ativos intangíveis	1 a 5

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros abaixo:

Tabela 173. Quantia escriturada e variação do período

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Ativos Intangíveis	1.825,97	82.383,57	74.722,50				-8.830,07			150.101,97
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento	1.599,78		74.722,50				-6.868,37			69.453,91
Programas de computador e sistemas de informação		76.274,90					-1.164,83			75.110,07
Propriedade industrial e intelectual	-5.850,01	210,32					-796,87			-6.436,56
Outros	6.076,20	5.898,35								11.974,55
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL	1.825,97	82.383,57	74.722,50				-8.830,07			150.101,97

Tabela 174. Adições

Designação	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos Intangíveis		82.383,57								82.383,57
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		76.274,90								76.274,90
Propriedade industrial e intelectual		210,32								210,32
Outros		5.898,35								5.898,35
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL		82.383,57								82.383,57

Não se registaram diminuições, nos Ativos Intangíveis.

Tabela 175. Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Ativos Intangíveis	667.734,08	665.908,11		1.825,97	824.840,15	674.738,18		150.101,97
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	592.617,31	591.017,53		1.599,78	667.339,81	597.885,90		69.453,91
Programas de computador e sistemas de informação	68.444,46	68.444,46			144.719,36	69.609,29		75.110,07
Propriedade industrial e intelectual	596,11	6.446,12		-5.850,01	806,43	7.242,99		-6.436,56
Outros	6.076,20			6.076,20	11.974,55			11.974,55
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	667.734,08	665.908,11		1.825,97	824.840,15	674.738,18		150.101,97

1.5.4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, mas sim recebimentos.

Tabela 176. Contratos de concessão, 2024

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de exploração da Quinta de Sant' Ana - Redinha	Manuel Augusto da Conceição Silva	Quinta de Sant' Ana - Redinha	06/01/2020 a 06/01/2040	484.800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do Município de Pombal	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Via publica na área do Município de Pombal	18/03/2002 a 18/03/2022	Renda de concessão calculada de acordo com o Anexo II ao DL 230/2008 de 27/11	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Relativamente à concessão da Distribuição de Energia Elétrica apenas estão reconhecidos no ativo os bens/obras realizadas pelo Município e as obras rececionadas no âmbito de operações urbanísticas.

Entende-se que, nesta situação muito específica, não se encontram preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, apesar da sua referência nesta nota.

Realça-se as significativas dificuldades na obtenção de informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquelas concessões e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento / desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros; vidas úteis apresentadas pelo concessionário são as que decorrem das estipuladas na lei por categoria e não as previstas no Classificador Complementar 2; diferentes referenciais contabilísticos, criando dificuldades na identificação e confirmação dos ativos adquiridos por estes e colocados à disposição do concessionário, não os identificando claramente no cadastro apresentado e a quantia da obrigação associada a um eventual passivo financeiro poderá não ser possível de ser mensurada com suficiente fiabilidade.

De acordo com a informação disponibilizada pela E-redes, o valor dos ativos em 2023 (informação de 2024 ainda não disponível) ascende a 39 346 954 €, sendo o valor líquido dos ativos 13 341 767€.

1.5.5. Contratos de Locação

O Município, durante o ano de 2024, pagou, como locatário, e recebeu, como locador, rendas e/ou participações financeiras, no âmbito de contratos de concessão de espaços ou de arrendamento.

Nos quadros seguintes, divulgam-se os contratos mais significativos que o Município celebrou, como locador e locatário:

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 177. Contratos mais significativos celebrados com o Município enquanto Locador, 2024

Locador: Município de Pombal					
Locatário	Finalidade	Data Celebração	Prazo/ Termo	Valor	Conta PCM
Silhueta Tropical, Lda	Cessão de exploração do antigo Posto de Turismo	18/12/2015	18/12/2023 renovável	829,07 €	72.12.02
MuralhaMágica Unipessoal Lda	Exploração do estabelecimento comercial de bebidas "Esplanada da Biblioteca"	20/12/2016	20/12/2028 renovável	11.193,25 €	72.12.02
Iberobrita - Produtora de Agregados S.A.	Concessão do direito de exploração de pedra, sita em Barrocal	03/01/1978	20 anos renováveis	66.941,50 €	78.7.3.0.01.02
Associação Inego	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Fonte da Vila	09/03/2021	25 anos renováveis	2.269,40 €	78.7.3.0.01.3
Christophe Gonçalves	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Barreiras	02/12/2021	25 anos renováveis	1.077,95 €	78.7.3.0.01.3
Christophe Gonçalves	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Cavadas	02/12/2021	25 anos renováveis	567,35 €	78.7.3.0.01.3
Christophe Gonçalves	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Zambujais	02/12/2021	25 anos renováveis	567,35 €	78.7.3.0.01.3
Christophe Gonçalves	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Torneira	02/12/2021	25 anos renováveis	567,35 €	78.7.3.0.01.3
Associação Inego	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Outeiro do Louriçal	17/06/2022	25 anos renováveis	1.077,95 €	78.7.3.0.01.3
Associação Inego	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Tissuaria	17/06/2022	25 anos renováveis	567,35 €	78.7.3.0.01.3
Associação Inego	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais do prédio urbano destinado a Escola Primária no lugar de Carvalhal	17/06/2022	25 anos renováveis	794,30 €	78.7.3.0.01.3
Espaço Dona Maria - Eventos Lda	Cessão de exploração do Café Concerto	29/05/2023	5 anos renováveis	6.248,22 €	72.12.02
Autoridade Tributária e Aduaneira	Contrato de arrendamento de prédio urbano nº 13705 em Pombal	22/11/2016	10 anos renováveis	46.153,72 €	72.12.02
Agência para a Modernização Administrativa IP/Instituto Segurança Social IP	Protocolo para instalação e gestão da Loja do Cidadão	24/07/2015	10 anos renováveis	14.000,00 €	72.12.02
CTT - Correios de Portugal	Renda Edifício dos CTT na Guia			6.368,78 €	72.12.02
Transdev- Rodoviária da Beira Litoral	Renda Central de Camionagem			1.478,70 €	72.12.02
Laura Cristina Duarte Marques	Concessão de exploração da cafetaria do Castelo	15/01/2024	10 anos	1.691,28 €	72.12.02

Tabela 178. Contratos mais significativos celebrados com o Município enquanto Locatário, 2024

Locatário: Município de Pombal					
Locador	Finalidade	Data Celebração	Prazo/ Termo	Valor	Conta PCM
Santa Casa da Misericórdia de Pombal	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais de prédio urbano nº 6631 em Pombal	20/02/2020	1 ano renovável	1.656,00 €	62.6.1.2
Manuel António Gomes	Contrato de arrendamento para fins habitacionais de prédio urbano nº 14489 em Pombal	01/02/2021	01/02/2026 renovável	3.730,44 €	62.6.1.2
Manuel dos Santos Pereira e Glória da Silva Simões Pereira	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais em Pombal "Centro de Inclusão Digital"	01/02/2022	31/12/2022 prorrogável	5.400,00 €	62.6.1.2
Glamour Devotion, Lda	Contrato de arrendamento para fim habitacional de prédio urbano nº 5022 (1º e 2º Dto) em Pombal "Habituação de estudantes do Núcleo de Formação Superior de Pombal do IPLeiria"	01/03/2022	3 anos renováveis	14.320,46 €	62.6.1.2
Joaquim António dos Santos Guardado e Maria Eduarda Sarrico Maia	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais de prédio urbano nº 5330 em Pombal "Espaço Cowork"	18/03/2022	4 anos renováveis	7.200,00 €	62.6.1.2
Rui Pedro Martins Ferreira e Cristina Rosa Santos	Contrato de arrendamento para fim habitacional de prédio urbano nº 11468 em Pombal "Habituação de estudantes do Núcleo de Formação Superior de Pombal do IPLeiria"	01/01/2023	3 anos renováveis	7.800,00 €	62.6.1.2
Irmãos Mota, Lda	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais de prédio urbano nº 10143 em Pombal "Instalação de serviços de Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde"	01/08/2023	1 ano renovável	11.400,00 €	62.6.1.2
Albino Pereira dos Santos Moderno	Contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais de prédio urbano nº 11014 em Pombal "Armazenamento, tratamento e catalogação de espólio"	01/09/2023	6 meses renováveis	7.200,00 €	62.6.1.2
Instituto D. João V, S.A.	Protocolo de cedência da Piscina	14/10/2014	junho 2015 renovável	122.424,70 €	62.6.1.2
Jorge Manuel Pedrosa dos Santos	Administração Regional de Saúde do Centro, IP - Auto de Transferência nº ARSC_046/2023 . Contrato de arrendamento para fim não habitacional de prédio urbano nº 1514 em Pombal "Instalação e funcionamento da Equipa de Tratamento ARS Centro IP".	01/10/2023		4.013,52 €	62.6.1.9 e 62.6.1.2
Freguesia de Meirinhas	Administração Regional de Saúde do Centro, IP - Auto de Transferência nº ARSC_046/2023 . Cedência de espaço para extensão de saúde	01/10/2023		2.568,00 €	62.6.1.2
Freguesia de Vila Câ	Administração Regional de Saúde do Centro, IP - Auto de Transferência nº ARSC_046/2023 . Cedência de espaço para extensão de saúde	01/10/2023		2.992,80 €	62.6.1.2
A Falinha Infantário, Lda	Arrendamento urbano para fim não habitacional - prédio urbano nº 9983 e 12501	01/07/2024	26 meses c/renovação mensal até limite de 6 meses	96.000,00 €	45.3.0.2.2.3.99

1.5.6. Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

As vidas úteis, por cada classe, dos ativos fixos tangíveis, é a que se resume no quadro seguinte:

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 179. Métodos de depreciação dos ativos fixos tangíveis

Rubrica	anos de vida útil
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	10 a 100
Edifício e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Equipamentos Biológicos	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 14

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se refletida no quadro abaixo sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes

Tabela 180. Quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	103.881.511,17	99.009,04	8.793.238,79				-9.257.723,53			103.516.035,47
Terrenos e recursos naturais	222.781,18									222.781,18
Edifícios e outras construções	1.828.674,77	12.982,63	272.594,04				-97.308,95			2.016.942,49
Infraestruturas	95.897.869,20	73.445,51	8.520.644,75				-9.159.937,94			95.332.021,52
Património histórico, artístico e cultural	117.512,39	12.580,90					-476,64			129.616,65
Outros	5.814.673,63									5.814.673,63
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	130.713.645,36	12.191.470,27	-6.688.532,49				-3.496.332,06		-3.771,12	132.716.479,96
Terrenos e recursos naturais	37.108.015,55	3.582.743,60	13.250,00				-6.250,04			40.697.759,11
Edifícios e outras construções	67.537.049,58	420.440,14	1.356.832,99				-2.137.098,81			67.177.223,90
Equipamento básico	1.917.216,84	405.723,15	368.196,14				-501.072,70		-3.750,06	2.186.313,37
Equipamento de transporte	1.184.668,16	220.616,87					-463.537,15			941.747,88
Equipamento administrativo	250.597,33	153.933,82	37.635,80				-130.414,98		-21,06	311.730,91
Equipamentos biológicos										
Outros	891.342,77	390.452,03	97.072,34				-257.958,38			1.120.908,76
Ativos fixos tangíveis em curso	21.824.755,13	7.017.560,66	-8.561.519,76							20.280.796,03
TOTAL	234.595.156,53	12.290.479,31	2.104.706,30				-12.754.055,59		-3.771,12	236.232.515,43

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 181. Adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico		102.283,92								-3.274,88	99.009,04
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		12.982,63									12.982,63
Infraestruturas		76.720,39								-3.274,88	73.445,51
Patrimônio histórico, artístico		12.580,90									12.580,90
Outros											
Bens de domínio público em											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico											
Ativos fixos em concessão em											
Outros ativos fixos tangíveis		12.206.030,22								-14.559,95	12.191.470,27
Terrenos e recursos naturais		3.523.243,60								59.500,00	3.582.743,60
Edifícios e outras construções		496.488,25								-76.048,11	420.440,14
Equipamento básico		405.723,15									405.723,15
Equipamento de transporte		220.616,87									220.616,87
Equipamento administrativo		153.933,82									153.933,82
Equipamentos biológicos											
Outros		388.463,87								1.988,16	390.452,03
Ativos fixos tangíveis em		7.017.560,66									7.017.560,66
TOTAL		12.308.314,14								-17.834,83	12.290.479,31

Tabela 182. Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis					-3.771,12	-3.771,12
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico					-3.750,06	-3.750,06
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					-21,06	-21,06
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL					-3.771,12	-3.771,12

Tabela 183. Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	187.575.677,99	83.694.166,82		103.881.511,17	196.467.925,82	92.951.890,35		103.516.035,47
Terrenos e recursos naturais	222.781,18			222.781,18	222.781,18			222.781,18
Edifícios e outras construções	2.258.277,13	429.602,36		1.828.674,77	2.543.853,80	526.911,31		2.016.942,49
Infraestruturas	179.160.050,49	83.262.181,29		95.897.869,20	187.754.140,75	92.422.119,23		95.332.021,52
Património histórico, artístico e cultural	119.895,56	2.383,17		117.512,39	132.476,46	2.859,81		129.616,65
Outros	5.814.673,63			5.814.673,63	5.814.673,63			5.814.673,63
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	174.082.177,82	43.368.532,46		130.713.645,36	179.466.532,90	46.750.052,94		132.716.479,96
Terrenos e recursos naturais	37.108.848,90	833,35		37.108.015,55	40.700.592,50	2.833,39		40.697.759,11
Edifícios e outras construções	87.100.002,50	19.562.952,92		67.537.049,58	88.881.525,63	21.704.301,73		67.177.223,90
Equipamento básico	13.508.275,34	11.591.058,50		1.917.216,84	14.237.741,42	12.051.428,05		2.186.313,37
Equipamento de transporte	5.772.997,75	4.588.329,59		1.184.668,16	5.993.614,62	5.051.866,74		941.747,88
Equipamento administrativo	4.963.452,59	4.712.855,26		250.597,33	5.081.218,41	4.769.487,50		311.730,91
Equipamentos biológicos								
Outros	3.803.845,61	2.912.502,84		891.342,77	4.291.044,29	3.170.135,53		1.120.908,76
Ativos fixos tangíveis em curso	21.824.755,13			21.824.755,13	20.280.796,03			20.280.796,03
TOTAL	361.657.855,81	127.062.699,28		234.595.156,53	375.934.458,72	139.701.943,29		236.232.515,43

1.5.7. Custos de empréstimos obtidos

A rubrica de custos de empréstimos detalha-se da seguinte forma:

Tabela 184. Custo dos empréstimos

Caracterização do Empréstimo	Data aprovação pela A.M.	Data de contratação	Prazo Amortiz.	Final.	Capital		Encargos do Período			Encargos ano vencidos e não pagos	Dívida no início do período	Dívida no final do período
					Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total			
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	31/10/2008	01/12/2008	15	N - Investimento	2.944.444,66	2.916.510,13	112.173,63	1.880,09	114.053,72		112.173,63	0,00
BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	30/10/2009	08/05/2010	25	1 - Investimento até 4,129 MEur	2.681.116,87	2.681.116,87	116.570,28	72.429,22	188.999,50		1.369.700,79	1.253.130,51
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	01/05/2020	28/09/2020	20	N - Investimento	5.192.690,24	4.623.978,55	258.360,28	206.777,40	465.137,68		4.362.956,82	4.133.764,67
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	21/10/2000	18/03/2003	25	N - Bº.S. S.João de Deus	302.548,00	302.548,00	15.356,82	727,13	16.083,95		31.124,75	15.767,93
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	28/04/2003	05/04/2003	25	N - Bº.S. S.João de Deus	674.090,00	674.090,00	28.897,49	3.956,62	32.854,11		152.599,14	123.701,65
BANCO MILLENNIUM BCP	16/09/2021	02/05/2022	4	Locação financeira para a aquisição de 4 viaturas	126.908,62	126.908,62	30.651,87	2.742,39	33.394,26		81.543,82	50.891,95
TOTAL					11.921.798,39	11.325.152,17	562.010,37	288.512,85	850.523,22	0,00	6.110.098,95	5.577.256,71

1.5.8. Locações financeiras – Locatário

No âmbito de uma candidatura ao Fundo Ambiental para a aquisição de quatro viaturas elétricas, era condição de aprovação, celebrar um contrato de locação financeira (leasing) com uma instituição bancária. No quadro seguinte, apresenta-se o quadro detalhado do contrato de locação financeira.

Tabela 185. Contratos de locação financeira, 2024

RUBRICAS	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (capital + juros)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	Rendas contingentes registradas como gasto do período
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
Aquisição de 4 viaturas elétricas	126.908,62	30.651,87	2.742,39	76.016,67	5.952,97	33.389,54	19.249,73	0,00	52.639,27		
TOTAL		30.651,87	2.742,39	76.016,67	5.952,97	33.389,54	19.249,73	0,00	52.639,27	0,00	0,00

1.5.9. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente ao custo e ao justo valor como mensuração subsequente. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

As vidas úteis, por cada classe, das propriedades de investimento, é a que se resume no quadro seguinte:

Tabela 186. Vidas úteis das propriedades de investimento, por classe

Rubrica	anos de vida útil
Bens de domínio público	10 a 100
Edifícios e Outras Construções	10 a 100
Outras Propriedades de Investimento	10 a 100

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Tabela 187. Quantia escriturada e variações do período

Ao justo valor

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Ganhos de Justo Valor	Perdas de Justo Valor	Diferenças cambiais	Diminuições	
Propriedades de Investimento	14.187.350,63		324.737,01					14.512.087,64
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	3.595.342,50							3.595.342,50
Edifícios e outras construções	10.592.008,13		324.737,01					10.916.745,14
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de Investimento em curso								
TOTAL	14.187.350,63		324.737,01					14.512.087,64

Não se registaram adições ou diminuições nas Propriedades de Investimento.

Tabela 188. Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta [2]	Depreciações Acumuladas [3]	Perdas por Imparidade [4]	Quantia Escriturada [5]=[2]-[3]-[4]	Quantia bruta [6]	Depreciações Acumuladas [7]	Perdas por Imparidade [8]	Quantia Escriturada [9]=[6]-[7]-[8]
Propriedades de Investimento	14.455.170,00	267.819,37		14.187.350,63	14.779.907,01	267.819,37		14.512.087,64
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	3.595.342,50			3.595.342,50	3.595.342,50			3.595.342,50
Edifícios e outras construções	10.859.827,50	267.819,37		10.592.008,13	11.184.564,51	267.819,37		10.916.745,14
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de Investimento em curso								
TOTAL	14.455.170,00	267.819,37		14.187.350,63	14.779.907,01	267.819,37		14.512.087,64

1.5.10. Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes, durante o ano de 2024 - custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação de valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Tabela 189. Quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
		Compras líquidas (2)	Consumos /gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	0,00	53.870,76	53.870,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	167.556,11	147.257,08	164.795,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.017,25
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	167.556,11	201.127,84	218.666,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.017,25

1.5.11. Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviços e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe dos rendimentos.

Tabela 190. Rendimento com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido (2)
Prestação de serviços	5.418.599,83
Saneamento	1.629.409,09
Resíduos Sólidos	1.880.281,98
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	43.204,00
Trabalhos por Conta de Particulares	29.499,60

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Cemitérios	68.982,82
Mercados e Feiras	73.869,73
Outros	1.144.979,59
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	377.717,21
Vistorias e ensaios	
Aluguer de equipamentos	
Arrendamento	152.499,58
Outros serviços	18.156,23
Venda de bens	2.102.687,19
Produtos agrícolas e pecuários	
Produtos alimentares e bebidas	51.128,09
Água	2.060.089,72
Outros produtos	26.041,06
Mercadorias	925,18
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	16.414,10
Descontos e abatimentos em vendas	-51.910,96
Outros Rendimentos	7.841.608,45
Rendimentos suplementares	
Ganhos em inventários	471,45
Rendimentos em investimentos não financeiros	2.378.199,56
Outros	5.462.937,44
Juros e rendimentos similares obtidos	64.886,16
Juros obtidos	7.662,93
Dividendos obtidos de Outras entidades	57.223,23
Outros	
Descontos de pronto pagamento obtidos	
Outros rendimentos similares	
TOTAL	15.427.781,63

1.5.12. *Rendimento de transações sem contraprestação*

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Tabela 191. Quadro – rendimentos sem contraprestação.

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
(1)	(2)		(3)		
Impostos diretos	10.537.333,05				
Impostos indiretos	3.318.578,99				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	884.610,57				
Taxas	23.571,70				
Taxas específicas das autarquias locais	861.038,87				
Multas e outras penalidades	139.843,42				
Transferências sem condição	21.562.921,24				
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Reversões	83.591,92				
Outros					
TOTAL	36.526.879,19				

1.5.13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 2.272.156,17 EUR, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Tabela 192. Provisões, 2024

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Reversões (8)	Outras diminuições	Total diminuições	
Provisões									
Processos judiciais em curso	2.290.584,33		65.163,76		65.163,76	83.591,92		83.591,92	2.272.156,17
Matérias ambientais									
Contratos onerosos									
Outras provisões									
Total	2.290.584,33		65.163,76		65.163,76	83.591,92		83.591,92	2.272.156,17

1.5.14. Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

1.5.15. Divulgações de partes relacionadas

Divulgação de controlo

A listagem das entidades participadas apresenta-se a seguir:

Tabela 193. Mapa das entidades participadas, 2024

MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS
Alinea c) do nº 2 do artº 46 da Lei 73/2013 de 3 de Setembro

Designação da Entidade	NIF	Sede	Tipo Entidade	Capital Social	Participação do Município	
					Valor Nominal	%
LUSITÂNIAGÁS - Companhia de Gás do Centro, SA	502761024	Aveiro	Societária	20.500.000,00	7.810,00	0,04%
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EMM	505214300	Pombal	Societária	325.000,00	325.000,00	100,00%
VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	503811866	Leiria	Societária	2.000.000,00	190.400,00	9,52%
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda.	504609696	Pombal	Societária	600.000,00	150.000,00	25,00%
MAPICENTRO - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes, SA	501638938	Leiria	Societária	2.285.000,00	230,00	0,01%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Lisboa	Não Societária	417.857.175,00	1.110.600,00	0,27%
Total em Eur.					1.784.040,00	

Divulgação de transações entre partes relacionadas

As transações ocorridas em 2024 com as partes relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, foram como se segue:

Tabela 194. Transações (rendimentos e gastos), entre Município de Pombal e SEL, 2024

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo final no Município
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EM	Entidade controlada	Fornecimento e serviços externos	1.232.838,76	94,5%	24.438,64
		Subsidios a exploração	25.704,72	2,0%	2.142,06
		Coimas por estacionamento indevid	6.090,00	0,5%	0,00
		Protocolo Bodo 2024	38.212,74	2,9%	38.212,74
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, SA	Entidade não controlada	Formação de Recursos Humanos	1.530,00	0,1%	0,00
Total de transações			1.304.376,22		64.793,44

Tabela 195. Saldo no final de 2023 e 2024, das entidades participadas

	Saldo a 31/12/2023	Saldo a 31/12/2024
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EM		
Saldo de fornecedores	123.338,72	26.580,70
Saldo de clientes	0,00	38.212,74
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, SA		
Saldo de fornecedores	0,00	0,00
Saldo de clientes	0,00	0,00

Tabela 196. Contas participadas do SEL, 2024

Sociedade participada	Cap. social da participada	% detida	Contas participadas 2024		Fracção no Cap. próprio	Equivalência patrimonial 2024	Participação Financeira 2024	Equivalência patrimonial 2023	Participação Financeira 2023
			Cap. próprio	Result. líquido					
PMUGest	325.000	100,000%	1.094.114	178.406	1.094.114	178.406	1.272.520	99.763	1.094.114
Pombal Prof	150.000	25,000%	3.424.234	67.454	856.059	16.864	872.922	2.681	856.462
					1.950.172	195.270	2.145.442	102.444	1.950.576

1.5.16. Outras divulgações

1.5.16.1. Alterações no património líquido

Detalhamos abaixo os movimentos ocorridos no património líquido durante o exercício de 2024.

As variações no património líquido no exercício de 2024, apresentam as seguintes operações:

- Transferência do resultado líquido do período de 2023, para capital e para resultados transitados;
- Reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes,
- Transferências de Capital (FEF + artigo 35.º n.º 3 da Lei 73/2013, de 3 de setembro)

Tabela 197. Movimentos ocorridos no património líquido, 2024

Rubricas	01/01/2024	Aumentos de património	Diminuições de património	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2024
51- Património	52.586.792,79	1.738.635,62						54.325.428,41
55 - Reservas	5.424.225,16	0,00	0,00	0,00			0,00	5.424.225,16
- Reservas legais	5.424.225,16							5.424.225,16
56 - Resultados transitados	118.047.635,32	0,00	-102.444,00	-1.738.635,62		-3.615.462,49	0,00	112.591.093,21
- Resultados transitados	110.024.718,07		-102.444,00	-1.738.635,62		-3.615.462,49		104.568.175,96
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	5.775.896,03							5.775.896,03
- Outras regularizações	2.247.021,22						0,00	2.247.021,22
57 - Ajust. em ativos financeiros	1.215.926,27	0,00	0,00	0,00	0,00	102.040,00	0,00	1.317.966,27
- Relacionados com o MEP	1.215.926,27					102.040,00		1.317.966,27
58 - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.948.438,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.948.438,89
- Antes de imposto sobre o rendimento	1.948.438,89							1.948.438,89
59 - Outras variações no património líquido	80.400.875,88	12.209.646,93	-7.401.393,30	0,00	0,00	0,00	0,00	85.209.129,51
Transferências e subsídios de capital	60.503.381,94	8.600.815,81	-6.469.734,52	0,00	0,00	0,00	0,00	62.634.463,23
- Ativos depreciables	60.503.381,94	8.600.815,81	-6.469.734,52					62.634.463,23
- Ativos não depreciables	0,00							0,00
Outras transferências, sub.capital	8.511.346,03	3.608.831,12	-931.658,78					11.188.518,37
- FEF Capital	3.587.726,56	1.175.041,37	-481.570,67					4.281.197,26
- Artº 35º, nº 3, lei nº 73/2013	4.510.895,87	2.373.789,75	-409.270,29					6.475.415,33
- Outras transferências	412.723,60	60.000,00	-40.817,82					431.905,78
Doações obtidas	8.736.376,91							8.736.376,91
Transferências de ativos	2.626.606,00							2.626.606,00
Outras variações de capital próprio	23.165,00							23.165,00
88-Resultados líquido do exercício	-3.615.462,49			3.615.462,49	0,00	-2.205.536,31	0,00	-2.205.536,31
TOTAL	256.008.431,82	13.948.282,55	-7.503.837,30	1.876.826,87	0,00	-5.718.958,80	0,00	258.610.745,14

1.5.16.2. Rendimentos e Ganhos

O aumento dos Rendimentos deve-se, essencialmente, à subida das Transferências e subsídios correntes obtidos, com a reclassificação de 50% do excedente do Artº 35º da Lei 73/2013 para rendimentos do ano, dos Impostos Diretos, às Prestações de Serviços e, em Outros Rendimentos, à imputação dos subsídios e transferências para investimento, com origem no Quadro Comunitário ou em Serviços Autónomos do Estado, calculado em valor proporcional ao valor da quota anual de depreciação dos bens financiados por esses mesmos subsídios, bem como, das rendas pela concessão da distribuição de energia elétrica.

Tabela 198. Variação dos Rendimentos e Ganhos, 2023-2024

RENDIMENTOS E GANHOS	Ano 2024	Ano 2023
Impostos, contribuições e taxas	14.880.366,03	14.146.181,25
Vendas	2.102.687,19	2.018.772,27
Prestações de serviços e concessões	5.418.599,83	5.264.614,02
Transferências e subsídios correntes obtidos	21.562.921,24	18.513.206,56
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	195.270,00	102.444,00
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	0
Provisões (reduções)	83.591,92	402.251,13
Outros rendimentos	7.841.608,45	7.732.778,08
Juros e rendimentos similares obtidos	64.886,16	28.719,76
TOTAIS	52.149.930,82	48.208.967,07

Tal como sucedeu em 2023, o resultado líquido em 2024 apresenta valores negativos, tendo, todavia, reduzido 39% em relação ao ano anterior. Um dos fatores que influencia negativamente os resultados líquidos são as transferências de capital provenientes do OE, a serem levadas diretamente para o património. Só são consideradas rendimentos, em resultado da quota proporcional à depreciação dos bens.

Tabela 199. Detalhe dos Outros Rendimentos

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Ganhos em inventários	471,45	274,60
Alienações		14.400,00
Rendas em propriedades de investimento	2.371.022,57	2.354.872,39
Outros rendimentos	7.176,99	49.462,07
Correções relativas a períodos anteriores	712.293,41	785.701,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4.738.069,60	4.473.656,78
Outros	12.574,43	54.411,24
TOTAL	7.841.608,45	7.732.778,08

1.5.16.3. Gastos e Perdas

Comparativamente com o exercício de 2023, o Município apresenta uma subida nos gastos e perdas que se justifica, na sua maioria, com o aumento dos gastos com pessoal, devido as já referidas transferências de competências no domínio da educação, ação social e saúde, dos respetivos encargos de funcionamento e de manutenção dos edifícios transferidos dos Ministérios da Educação e Saúde, e com os aumentos nos custos nas aquisições de bens e serviços, consequência do aumento continuo da taxa de inflação. As

amortizações e depreciações do período também aumentaram, resultado da alteração significativa da vida útil dos bens, bem como alteração de taxa, tendo por base o novo normativo aplicável (SNC-AP).

Tabela 200. Variação dos Gastos, 2023-2024

GASTOS	Ano 2024	Ano 2023
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	218.666,70	195.185,67
Fornecimentos e serviços externos	16.515.613,26	15.110.525,65
Gastos com pessoal	15.272.010,46	14.189.791,47
Gastos de depreciação e amortização	12.762.885,66	12.121.289,33
Transferências e subsídios concedidos	8.477.423,55	9.168.018,38
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	41.802,56	148.193,82
Provisões (aumentos)	65.413,76	0,00
Outros gastos	669.223,03	659.106,71
Juros e gastos similares suportados	332.428,15	232.318,53
TOTAIS	54.355.467,13	51.824.429,56

Detalhe de transferências e subsídios concedidos

As transferências correntes reportam essencialmente ao apoio social escolar, ao financiamento das transferências de competências nas freguesias, bem como, no apoio ao associativismo cultural e à prática desportiva.

A descida das transferências de capital justifica-se na redução no apoio ao investimento às Freguesias, às Instituições s/ fins lucrativos e de não ter ocorrido nenhum apoio a entidades da Administração Central.

Tabela 201. Variação de Transferências e subsídios concedidos, 2023-2024

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Transferências correntes concedidas	6.968.673,00	6.767.593,25
Subsídios correntes concedidos	99.653,11	133.843,05
Transferências de capital concedidas	1.409.097,44	2.251.682,08
Outros subsídios e transferências de capital	0,00	14.900,00
TOTAIS	8.477.423,55	9.168.018,38

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 202. Detalhe dos fornecimentos e serviços externos

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Subcontratos e parcerias	1.926.989,22	731.698,52
Trabalhos especializados	2.376.014,33	2.645.395,89
Publicidade, comunicação e imagem	242.447,20	295.226,65
Vigilância e segurança	338.397,95	249.484,06
Honorários	510.787,83	467.789,09
Comissões	327.259,00	349.075,99
Conservação e reparação	1.066.692,95	898.864,19
Outros serviços especializados		120,00
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	205.058,54	259.400,06
Livros e documentação técnica		228,30
Material de escritório	42.603,66	49.525,30
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	55.791,44	42.877,90
Material de educação, cultura e recreio	7.393,33	14.847,98
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	30.245,57	76.099,39
Outros materiais diversos de consumo	776.423,57	788.188,33
Eletricidade	2.097.669,18	1.579.036,77
Combustíveis e lubrificantes	1.008.147,60	861.380,74
Água	247.317,45	236.413,66
Outros	7.210,00	5.622,13
Deslocações e estadas	113.446,48	56.258,58
Transporte escolar	433.629,42	699.898,16
Rendas e alugueres	257.206,31	216.617,96
Comunicação	298.665,73	281.431,14
Seguros	145.940,99	192.352,03
Despesas de representação dos serviços	5.502,42	3.869,51
Limpeza, higiene e conforto	1.113.587,73	433.968,10
Outros serviços	2.881.185,36	3.674.855,22
TOTAL	16.515.613,26	15.110.525,65

Tabela 203. Detalhe dos Outros Gastos

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Impostos e taxas	525.113,21	479.819,30
Perdas em inventários	255,40	983,39
Alienações		49.980,00
Sinistros/Abates/Outros	3.771,12	35.268,54
Correções relativas a períodos anteriores	84.486,73	25.001,08
Quotizações	49.134,80	50.499,28
Outros gastos	6.461,77	17.555,12
TOTAL	669.223,03	659.106,71

1.5.16.4. Gastos com pessoal

O aumento dos gastos com o pessoal verificado em 2024 justifica-se com: entrada de 39 novos trabalhadores, por via de procedimento concursal e ou acionamento de reserva de recrutamento; mobilidade interna na categoria; regresso de licença sem remuneração de longa duração; regresso de doença há mais de 6 meses; regresso de trabalhadora que exerceu funções em regime de cedência de interesse público, no Gabinete da Secretária de Estado da Administração Interna; a alteração do posicionamento remuneratório de 25 Assistentes Operacionais, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, que abrange os trabalhadores que detenham 30 ou mais anos de serviço na categoria, a 31 de dezembro de 2022; a alteração do posicionamento remuneratório de 78 trabalhadores, nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, que define uma medida especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público; a alteração da base remuneratória da Administração Pública, a atualização dos montantes pecuniários dos níveis remuneratórios, nos termos do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro; o reposicionamento remuneratório de 91 Técnicos Superiores, nos termos do artigo 3.º e do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 13/2024, de 10 de janeiro, que aprova medidas de valorização de trabalhadores da Administração Pública.

Somando-se os 710 colaboradores (trabalhadores e membros dos GAP's), o Presidente, 4 Vereadores que exercem funções a tempo inteiro, 14 prestadores de serviços; 4 beneficiários integrados através do IEPF; 4 trabalhadores ao abrigo da Medida de Emprego Apoiado em Mercado Aberto e 18 trabalhadores ausentes há mais de 6 meses, sendo que, 2 trabalhadoras pertencem à carreira/categoria de Assistente Técnico e 16 trabalhadores pertencem à carreira/categoria de Assistente Operacional, conforme acima registado, em 31 de dezembro de 2024, o Município de Pombal contava com um total de 755 elementos em exercício de funções.

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Tabela 204. Variação com gastos com pessoal, 2023-2024

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Remunerações Órgãos Autárquicos	286.334,22	263.370,96
Remunerações do Pessoal	12.028.106,83	10.862.949,33
Pensões	52.267,32	49.085,96
Indemnizações	12.906,35	5.826,15
Encargos s/ Remunerações	2.746.372,26	2.543.884,66
Seguros de acid. trabalho e doenças profis.	95.293,43	141.905,41
Outros encargos sociais	50.730,05	322.769,00
Total	15.272.010,46	14.189.791,47

1.5.16.5. Dívidas de e a terceiros

No quadro seguinte identificam-se, por conta patrimonial, os saldos devedores e credores, a 31/12/2024, das dívidas de e a terceiros.

Tabela 205. Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Fundos Comunitários	4.401.467,96	2.440.097,73
Serviços e Fundos Autónomos	625.400,18	496.140,92
TOTAL	5.026.868,14	2.936.238,65

Tabela 206. Clientes, contribuintes e utentes

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Contribuintes	129,15	129,15
Utentes	2.335.250,40	2.310.368,89
Perdas por imparidade acumuladas	-874.938,68	-836.353,40
Freguesias	0,00	0,00
TOTAL	1.460.440,87	1.474.144,64

Tabela 207. Estado e outros entes públicos

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Ativo		
IVA A recuperar	858.993,30	530.173,38
TOTAL	858.993,30	530.173,38
Passivo		
De trabalho dependente	52.971,00	55.649,00
De trabalho independente	3.262,64	3.881,78
Prediais	215,12	201,15
Outras retenções	162,00	0,00
IVA dedutível	0,00	0,00
IVA liquidado	0,00	0,00
IVA regularizações	0,00	0,00
Imposto de Selo	1.175,00	1.175,00
Sistemas de proteção social	90.538,24	111.728,18

RELATÓRIO DE GESTÃO

Subsistemas de saúde	102,38	23.754,44
TOTAL	148.426,38	196.389,55

Tabela 208. Outras contas a receber

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)		
Impostos e taxas imputados ao período - IVA	124.208,16	
Impostos e taxas imputados ao período - IMI	378.900,87	73.188,79
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT)	522.411,28	307.329,83
Derrama	17.731,54	3.981,32
Outros	146.270,86	111.422,78
Outras contas a receber	245.159,51	8.227,57
TOTAL	1.434.682,22	504.150,29

Tabela 209. Provisões

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Aumento	Diminuição	Ano 2023
Processos judiciais em curso	2.272.156,17	65.163,76	-83.591,92	2.290.584,33
TOTAL	2.272.156,17	65.163,76	-83.591,92	2.290.584,33

Tabela 210. Diferimentos

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	719.779,06	558.717,10
Outros	0,00	0,00
TOTAL	719.779,06	558.717,10

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 211. Fornecedores

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Fornecedores c/c - SC	466.787,40	263.289,04
Fornecedores - faturas em receção e conferência	601.976,76	1.236.355,43
TOTAL	1.068.764,16	1.499.644,47

Tabela 212. Outras contas a pagar

DESCRIÇÃO	Ano 2024	Ano 2023
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a Liquidar	2.055.862,84	1.884.710,84
Outros acréscimos de gastos	533.397,88	348.879,05
Cauções	2.574.399,62	2.528.784,66
Outros	93.245,18	184.018,67
TOTAL	5.256.905,52	4.946.393,22